



ACÓRDÃO Nº123/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 13671/2017.**
- 2- **Assunto:** Representação.
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas.
- 4- **Representado:** Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
- 5- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM N. 540-A, Leandro de Souza Benevides - 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM N. 6935, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11.413, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM 8.456, Lucca Fernandes Albuquerque - OAB/AM 11.712, Karla Maia Barros - OAB/AM 6.757, Oswaldo Murgel Corrêa e Castro - OAB/RJ 7.791, Lucia Maria Mello Leitão de Hollanda - OAB/RJ N. 60.580, Rafael Bodas - OAB/RJ N. 104.448, Felipe Silva Graça Dionísio - OAB/RJ N. 150.280, Isaac Chaves Pinto - OAB/RJ N. 159.167, George Ricardo Mattos de Araújo - OAB/RJ N. 162.347, Olívia Garcia de Carvalho de Freitas - OAB/RJ N. 123.914, Pedro Augusto de Mattos Alexandre - OAB/RJ N. 166.866, Marlon Oliveira Vilas Boas Teixeira - OAB/RJ N. 168.699, Felipe Rufino Pinto da Luz - OAB/RJ N. 181.515 e Saymon Miranda Pereira - OAB/RJ N. 189.758.
- 6- **Unidade Técnica:** DICETI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5631/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Representação.

Conhecimento. Procedência. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Conhecer** da Representação proposta pelo Ministério Público de Contas - por intermédio do Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça -, em razão de denúncia formulada junto ao MPC pela Empresa G. A. Bichara ME, em face do **Sr. David Nunes Bemerguy** - Prefeito do Município de Benjamin Constant -, do **Sr. Diego Garcia Sandoval** - Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Benjamin Constant -, da **Sra. Sebastiana Alves Rodrigues** - Pregoeira - e do **Sr. Francisco Aldenisio de Oliveira Melo** - Pregoeiro, em razão do preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 288 da Resolução

DACB/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



ACÓRDÃO Nº123/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

n.o 04/02 – RI-TCE/AM.

9.2. Julgar Procedente a Representação proposta pelo Ministério Público de Contas - por intermédio do Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça -, em razão de denúncia formulada junto ao MPC pela Empresa G. A. Bichara ME, em face do **Sr. David Nunes Bemerguy** - Prefeito do Município de Benjamin Constant -, do **Sr. Diego Garcia Sandoval** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Benjamin Constant -, da **Sra. Sebastiana Alves Rodrigues** – Pregoeira - e do **Sr. Francisco Aldenisio de Oliveira Melo** – Pregoeiro -, em razão das impropriedades constatadas no Pregão Presencial n.º 024/2017, elencadas nos itens 01, 02 e 03 do Voto.

9.3. Aplicar Multa ao **Sr. David Nunes Bemerguy** - Prefeito do Município de Benjamin Constant -, ao **Sr. Diego Garcia Sandoval** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Benjamin Constant -, à **Sra. Sebastiana Alves Rodrigues** – Pregoeira - e ao **Sr. Francisco Aldenisio de Oliveira Melo** – Pregoeiro -, de forma individualizada, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal apontados nos itens 01, 02 e 03 do Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

9.4. Determinar à Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, na pessoa do **Sr. David Nunes Bemerguy** - Prefeito do Município de Benjamin Constant -, que se abstenha de efetuar termo aditivo ao Contrato n.º 035/2017, devendo proceder à realização de novo processo licitatório para a contratação de serviços de acesso à internet naquele Município, observando estritamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93, sob pena de aplicação de multa prevista no art. 308, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.



ACÓRDÃO Nº123/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5. Determinar à SEPLENO que extraia cópia do Voto e do Acórdão a ser exarado pelo Tribunal Pleno, encaminhando tal documentação à DICAMI para que proceda à sua juntada no Processo n.º 11331/2018 - referente à Prestação de Contas do Município de Benjamin Constant, exercício 2017, para que seja verificada a manutenção ou não do Contrato n.º 035/2017.

10- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição